



14 ABR 1988

O diagnóstico de Sarney e a opção que lhe impõe

Numa longa entrevista exclusiva publicada ontem por O Estado de S. Paulo, o presidente José Sarney fez uma análise surpreendentemente realista da crise em que nos encontramos atualmente. Para ele, essa crise é muito mais política do que econômica — a seu ver, a fraqueza do sistema partidário e as decisões contraditórias já tomadas pela Assembléia Constituinte é que estão tornando o País ingovernável. Por isso, diz o chefe do Executivo, falta-lhe poder de fato para tomar as providências necessárias no plano econômico, no campo da reforma administrativa e no âmbito do combate à corporativização das instituições governamentais.

Para nós é gratificante ouvir do presidente um diagnóstico que é a repetição de tudo o que temos dito em nossos últimos editoriais. A questão mais importante, contudo, não está nem na sua interpretação da crise brasileira nem nas suas conclusões, em torno das quais há uma quase unanimidade nos mais diversos setores da sociedade civil. Está, sim, na afirmação de uma vontade política coerente e explícita e capaz de enfrentar de modo eficiente e consequente os grandes problemas que impedem a emancipação do Brasil como uma nação adulta, madura e estável. É aí, justamente, que as palavras de Sarney são dúbias, revelando a distância que há entre sua análise e o que ele efetivamente pretende fazer.

Em sua entrevista, o presidente acena com uma política econômica para valer — esta fundada não em congelamentos fantasiosos, mas em medidas sensatas como a liberação dos preços e tarifas alfandegárias, o empenhamento das funções do Estado, o corte das despesas públicas, a privatização das estatais e a ênfase à modernização do parque industrial. Para implementar essa política, que certamente terá a oposição cerrada dos que forem por ela atingidos, Sarney promete apelar para “o rigor da lei”. Ocorre, porém, que a lei a que ele se refere irá vigorar apenas mais alguns meses, já que foi revogada pela Constituinte — e esta, como é sabido, legaliza todo e qualquer tipo de greve até mesmo nas áreas essenciais da administração pública.

Portanto, como conciliar, sob a nova Carta, a necessidade vital (para o País) de se reduzir drasticamente o tamanho do Estado e a ausência de qualquer recurso legal que permita que as autoridades enfrentem a natural — e certamente violenta — reação dos atingidos pelas medidas que se fazem necessárias? “Imagine se, com base nesse texto (a nova Constituição), grupos radicais resolverem tocar fogo em Brasília. O que é que eu posso fazer?” — indaga o presidente. A verdade é que, diante de uma situação como essa, Sarney — ou seu sucessor — não poderá fazer absolutamente nada. Quem terá de fazer algo serão as Forças Armadas — e aí está um dos mais clamorosos erros da Constituinte: esquecendo-se por completo da realidade brasileira, ela não armou o Executivo para enfrentar, dentro da lei, as resistências e os desafios a suas ordens. Por isso, o presidente Sarney está certo quando afirma que a Constituinte deveria ter por objetivo “tornar o País governável” e não a produção de um texto que desestabiliza as instituições e fraciona o poder central.

Sarney, José

O presidente já não convence, porém, quando passa da crítica à Constituinte para a justificativa de suas hesitações. Ao falar da questão do funcionalismo federal, por exemplo, ele se queixou do cipoal legislativo que limita sua liberdade de ação, razão pela qual tal problema “só pode ser enfrentado com a vontade política da Nação; não basta o presidente querer”. Ora, essa vontade política já foi perfeitamente manifestada em diferentes oportunidades, tendo esbarrado na resistência dos próprios assessores do presidente, os quais receiam tomar decisões que comprometam seus projetos eleitorais. Sarney sabe disso muito bem — tanto que, em sua entrevista, ele usa uma distinção que sempre esteve presente nestas colunas: o Brasil oficial, que também chamamos de País bandalho, que vive parasitariamente, e o Brasil real, que trabalha e produz.

Quando o presidente da República se vale dessa distinção para afirmar que “a crise é do Estado”, ele está reconhecendo que é o País oficial o responsável pelos problemas nacionais. Seu diagnóstico, nesse sentido, é corretíssimo. Por isso, sua afirmação de que as medidas destinadas a acabar com essa “crise do Estado” são “impopulares” é contraditória: afinal, se no País real há unanimidade no que se refere ao tipo de providência que precisa ser tomada o mais depressa possível para tirar o Estado da crise em que se encontra, a “impopularidade” a que se refere Sarney somente se localiza entre a população do Brasil oficial que já está neste momento nas ruas, mobilizada para defender a incolumidade do aparelho estatal.

“Tenho viajado pelo Brasil real e só posso ficar feliz com o desempenho econômico da sociedade brasileira” — diz ele. Pois bem. É justamente essa sociedade, da qual se sente orgulhoso, que lhe está dando o apoio irrestrito para que avance com as “medidas impopulares”. Essa sociedade a que se refere Sarney sabe muito bem que, se o imenso peso morto que carrega nas costas — o País formal — for aliviado por uma ação governamental firme e corajosa, ela terá condições de se desenvolver numa velocidade ainda maior, podendo dessa maneira absorver em pouco tempo e com muita tranquilidade todas as consequências inevitavelmente dolorosas do redimensionamento da área estatal.

Por fim, o presidente afirma que “o País se corporativizou demais; as pessoas defendem, com unhas e dentes, privilégios conquistados ao longo dos anos; esta é uma questão de tempo” (grifo nosso). Por isso, diz ele, “o Brasil não pode deixar-se paralisar por esse tipo de inércia, sob pena de seu parque industrial tornar-se obsoleto e perder a condição de competitividade no mercado externo”. Neste trecho de sua entrevista, Sarney quase chega ao âmago da questão. Em primeiro lugar, a questão não é de tempo, mas de vida e morte, e, portanto, não admite a perda de um minuto sequer. Em segundo lugar, quem vai brigar “com unhas e dentes” para defender “privilégios conquistados ao longo dos anos” é a população do País oficial. No País real a maioria de seus habitantes nem sequer dispõe de dentes para mastigar os alimentos a que teriam direito — quanto mais para defender privilégios de que não dispõem.

Em sua entrevista a O Estado de S. Paulo, portanto, o presidente Sarney mostrou que ainda tem capacidade de discernimento, ou seja, de que tem consciência da natureza e da dimensão da crise brasileira. O problema, como dissemos, é que, feito o diagnóstico correto, continuamos à espera de uma ação firme e determinada. A verdadeira questão, que o titular do Planalto levanta mas não responde, é optar entre o Brasil oficial dos privilégios, que está convulsionado e em crise, e o Brasil real — que reúne todas as condições para nos conduzir rapidamente à emancipação econômica, social e política.